

APRESENTAÇÃO

Neste seu quarto número, **Política & Sociedade** traz um dossiê cujo tema tem ainda pouca visibilidade no Brasil: o da natureza política das relações entre ciência, tecnologia e sociedade. Mesmo se já no século XVII Francis Bacon reconhecia a importância dessas relações, ao defender a existência de uma íntima articulação entre saber e poder, há quem acredite, ainda hoje, que a produção do conhecimento científico e tecnológico goza de uma autonomia capaz de isolá-la dos interesses particularizados e/ou socialmente comprometidos, próprios ao campo da política. No entanto, esta crença está perdendo força, como mostram os estudos aqui publicados.

Abre o dossiê o artigo “Se falássemos um pouco de política?”, de Bruno Latour, autor francês com uma vasta e importante produção no campo da nova Sociologia da Ciência e da Técnica. Neste artigo, porém, Latour não se dedica à temática da inovação, mas discute os significados da expressão política. **Política & Sociedade** resolveu publicá-lo justamente porque, se o que se pretende aqui é demonstrar as inter-relações que envolvem política-ciência-tecnologia, considerou-se oportuno começar por definir o primeiro termo desta associação. Partindo da hipótese segundo a qual aquela forma de expressão é sempre enganosa, o autor acredita que isto acontece porque em geral não se diferencia o regime de enunciação política do domínio muito mais restrito do qual falam eleitos e eleitores – e a própria Sociologia Política. Assim, por meio de uma argumentação densa e original, explora a especificidade desse tipo de enunciação, buscando caracterizá-lo a partir de definições utilizadas pela Lingüística e pela Semiótica.

As dificuldades para definir o que é “falso” e o que é “verdadeiro” também atravessam a produção do conhecimento. Nesse sentido, o artigo de Marcos Mattedi apresenta o conceito de simetria – a partir do trabalho do inglês David Bloor, no quadro do que ficou sendo conhecido como o Programa Forte para o estudo da ciência –, visto como de elevado valor heurístico quando se trata de explicar as relações que se estabelecem entre esse tipo de produção e o contexto social. Apoiado numa revisão bastante esclarecedora de outros estudos recentes sobre o tema, o autor sustenta que “[...] a abordagem do problema do conhecimento pode ser interpretada como uma progressiva extensão do princípio de simetria”.

O que está no centro da discussão do artigo de César Pessoa Pimentel e Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro, “Da unidade natural à instabilidade dos híbridos: implicações conceituais da crise ambiental sobre a separação moderna entre ciência e política”, é a pertinência da distinção entre natureza e sociedade, operada pela Modernidade. Inspirados em Latour e tendo como referência empírica a chamada crise ambiental, os autores questionam essa pertinência e analisam, de modo bem fundamentado, como as imprecisões que se instalam entre o que é natural e o que é social repercutem sobre as práticas científicas e políticas. Para fechar a análise, os autores procuram ir mais além da crítica e arriscam propor uma mudança no modelo de representação moderno.

O artigo de Maíra Baumgarten, “Comunidades ou coletividades? O fazer científico na era da informação”, também se propõe a questionar o alcance de um conceito consagrado no campo dos estudos da ciência e da técnica: o próprio conceito de comunidade científica. Discordando da capacidade descritiva deste conceito, na atualidade, a autora sugere que ele seja substituído pelo conceito de coletividade científica. Para fundamentar sua argumentação teórica, apresenta dados bastante consistentes relativos às interações entre cientistas e Estado no Brasil, e também sobre o processo de formulação e de implementação de políticas de ciência e tecnologia (C&T) no País.

Em “Memória eletrônica e desterritorialização”, Jonatas Ferreira e Aécio Amaral partem da constatação de que a

digitalização da memória é um dos mais importantes fenômenos da atualidade. Acreditando que os novos suportes não são apenas meios de conservação de um patrimônio, buscam entender o significado político deste mesmo fenômeno. Para isso, mobilizam com muita competência um arcabouço teórico rico e pertinente, que parte dos trabalhos acerca da memória de Derrida e engloba contribuições de autores como Virilio, Bergson, Benjamin, Marcuse e Adorno. Evitando um determinismo fácil, os autores defendem que dentro da reconhecida pretensão totalizadora do arquivo eletrônico abrem-se outros horizontes políticos não previstos.

Franz Brüseke, em “Mística, magia e técnica”, apresenta uma visão bastante original a respeito do significado da técnica, na medida em que a associa às práticas mágicas e místicas. Partindo dos trabalhos de Mauss e Durkheim sobre o *mana*, e integrando a contribuição de outros autores sobre o tema – como a noção de numinoso, de Rudolf Otto –, Brüseke desvenda as relações técnicas presentes na magia, sua intimidade com a manipulação de objetos e processos, e sua influência na crença da causalidade, a partir da crença nos ritos. Para o autor, “[...] magia e mística se referem a algo caracterizado pela ubiqüidade, pela estranheza, pela força misteriosa que exerce sobre homens e coisas”. O mesmo não poderia ser dito a respeito da ciência e da técnica modernas?

Como o leitor poderá constatar, **Política & Sociedade** permanece fiel ao seu propósito, anunciado desde seu primeiro número, de dar espaço às múltiplas possibilidades de interpretação dos fenômenos sociopolíticos. Se, de um modo geral, esta é uma posição recomendável em tempos em que as certezas em termos de conhecimento se tornam raras, ela é especialmente importante quando este conhecimento diz respeito a uma temática ainda pouco difundida, como é agora o caso. Este dossiê, porém, gostaria de representar um passo para que ela deixe de sê-lo.

Florianópolis, abril de 2004

Tamara Benakouche